

Coleção  
Edital Sistematizado

Baseado na metodologia  
Questão <sup>vem</sup> primeiro

Leonardo Garcia | Roberval Rocha

# Caderno de Treino

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PROCURADOR ESTADUAL

Edital Sistematizado com Questões e Jurisprudência

10<sup>a</sup>  
edição

Revista e atualizada

2026

 EDITORA  
JusPODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# DIREITO ADMINISTRATIVO



## 1. AGENTES PÚBLICOS

### 1.1. Disposições Gerais

#### SÚMULAS

**STF SUM 022** O estágio probatório não protege o funcionário contra a extinção do cargo.

**STF SUM 036** Servidor vitalício está sujeito a aposentadoria compulsória, em razão da idade.

**STF SUM 039** À falta de lei, funcionário em disponibilidade não pode exigir, judicialmente, o seu aproveitamento, que fica subordinado ao critério de conveniência da Administração.

**STF SUM 046** Desmembramento de serventia de justiça não viola o princípio de vitaliciedade do serventuário.

**STF SUM 047** Reitor de universidade não é livremente demissível pelo Presidente da República durante o prazo de sua investidura.

**STJ SUM 137** Compete à Justiça comum estadual processar e julgar ação de servidor público municipal, pleiteando direitos relativos ao vínculo estatutário.

**STJ SUM 173** Compete à Justiça Federal processar e julgar o pedido de reintegração em cargo público federal, ainda que o servidor tenha sido dispensado antes da instituição do Regime Jurídico Único.

**STJ SUM 346** É vedada aos militares temporários, para aquisição de estabilidade, a contagem em dobro de férias e licenças não gozadas.

**TST SUM 058** Ao empregado admitido como pessoal de obras, em caráter permanente e não amparado pelo regime estatutário, aplica-se a legislação trabalhista.

**TST SUM 243** Exceto na hipótese de previsão contratual ou legal expressa, a opção do funcionário público pelo regime trabalhista implica a renúncia dos direitos inerentes ao regime estatutário.

**TST SUM 430** Convalidam-se os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da administração pública indireta, continua a existir após a sua privatização.

**TST SD1 051** Aos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista regidos pela CLT aplicam-se as vedações dispostas no art. 15 da Lei nº 7.773, de 08.06.1989.

**TST SD1 216** Aos servidores públicos celetistas é devido o vale-transporte, instituído pela Lei nº 7.418/85, de 16 de dezembro de 1985.

**TST SD1 247** I. A despedida de empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista, mesmo admitidos por concurso público, independe de ato motivado para sua validade; II. A validade do ato de despedida do empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) está condicionada à motivação, por gozar a empresa do mesmo tratamento destinado à Fazenda Pública em relação à

imunidade tributária e à execução por precatório, além das prerrogativas de foro, prazos e custas processuais.

**TST SD1 339** As empresas públicas e as sociedades de economia mista estão submetidas à observância do teto remuneratório previsto no inciso XI do art. 37 da CF/1988, sendo aplicável, inclusive, ao período anterior à alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/1998.

**TST SD1 366** Ainda que desvirtuada a finalidade do contrato de estágio celebrado na vigência da Constituição Federal de 1988, é inviável o reconhecimento do vínculo empregatício com ente da Administração Pública direta ou indireta, por força do art. 37, II, da CF/1988, bem como o deferimento de indenização pecuniária, exceto em relação às parcelas previstas na Súmula nº 363 do TST, se requeridas.

#### REPERCUSSÃO & REPETITIVOS

**STF RRG 1072** A mãe servidora ou trabalhadora não gestante em união homoafetiva tem direito ao gozo de licença-maternidade. Caso a companheira tenha utilizado o benefício, fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade. *RE 1211446, 13/03/2024.*

#### JURISPRUDÊNCIA EM TESES

**STJ JT 015-08** O provimento originário de cargos públicos deve se dar na classe e padrão iniciais da carreira, conforme a legislação vigente na data da nomeação do servidor.

**STJ JT 212-05** É possível a acumulação de um cargo público de professor com outro de intérprete e tradutor da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

#### INFORMATIVOS

**STF Servidores públicos municipais: restrições ao direito de férias.** No exercício de sua autonomia legislativa para disciplinar o regime jurídico dos servidores, o município não pode restringir o período de férias, sob o fundamento de que o servidor esteve em licença para tratamento de saúde. Afastamentos por motivo de doença não podem ser interpretados como substitutivos ou impeditivos do direito ao descanso anual, sob pena de violação ao direito constitucional de férias do servidor público (arts. 7º, XVII; e 39, § 3º). *ADPF 1132, 23/05/2025. Pleno. Inf 1180.*

**STF Concessão de estabilidade a empregados celetistas da Seccional da OAB/RJ.** São inconstitucionais – por violarem a autonomia política, administrativa e financeira da OAB (CF, art. 133), o princípio da segurança jurídica, bem como o art. 19 do ADCT – o conjunto de decisões judiciais que concederam estabilidade a empregados da OAB/RJ originalmente contratados sob o regime celetista. *ADPF 862, 13/12/2024. Pleno. Inf 1163.*

**STJ Agente penitenciário. Promoção por antiguidade. Reconhecimento das guardas municipais e dos agentes de trânsito como órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública. Cômputo dos períodos laborados.**

**Possibilidade.** É possível o reconhecimento da atividade de Agente Municipal de Trânsito e de Guarda Municipal como de segurança pública, para fins de promoção por antiguidade na atual carreira de Agente Penitenciário. *RMS 61444, 2ª T, 23/09/2025. Inf 864.*

### QUESTÕES DISCURSIVAS

**1. (Cespe/PGE/PI/Procurador/2025)** Em determinado estado da Federação, no qual ainda não foi editada lei que disponha sobre o regime jurídico dos servidores públicos, o governador pretende criar uma autarquia para a execução da política de regularização fundiária em áreas rurais e instituir empresa pública direcionada ao exercício de atividade econômica. Segundo a proposta do governador, os servidores do quadro permanente da autarquia serão submetidos ao regime celetista e os da empresa pública, ao regime estatutário. A partir da situação hipotética apresentada, responda, em um texto dissertativo, aos seguintes questionamentos, de acordo com a CF, a legislação pertinente e a jurisprudência do STF: (i) Quais são os requisitos necessários para a criação da autarquia e para a instituição da empresa pública, à luz do disposto na CF e na Lei 13.303/16? (ii) É possível a implementação dos regimes celetista e estatutário conforme a proposta do governador? (iii) É possível a dispensa sem justa causa de empregados públicos concursados no âmbito da empresa pública?

**2. (Cespe/PGE/RN/Procurador/2024)** Os policiais civis de determinado estado, após a realização de assembleia geral e comunicação prévia ao Poder Executivo, deram início à greve da categoria, de forma pacífica, observando o direito de trabalho dos policiais não grevistas e preservando minimamente a prestação dos serviços essenciais. A partir da situação hipotética acima, e com fundamento na jurisprudência do STF, discorra sobre os seguintes aspectos pertinentes ao caso: (1) exercício do direito de greve por servidor público na ausência de lei regulamentadora do direito de greve; (2) desconto na remuneração em função dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve; (3) exercício do direito de greve por policiais civis e servidores públicos atuantes na área de segurança pública.

### QUESTÕES OBJETIVAS

**1. (FCC/PGE/MT/Procurador/2025)** À luz da jurisprudência do STF, são diretrizes do regime constitucional dos servidores públicos, exceto:

- Nos casos de acumulação de cargos, empregos e funções, autorizados constitucionalmente, a incidência do art. 37, inciso XI, da CF, pressupõe a consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público.
- As férias acrescidas do terço constitucional e o 13º salário são direitos sociais de todo trabalhador, consagrados no texto da CF, estendidos aos servidores públicos, inclusive àqueles contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- As atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.
- É compatível com a CF a EC 19/98, que excluiu a exigência de regime jurídico único para os servidores públicos, sendo vedada, contudo, a transmutação de regime dos atuais servidores.
- É legítimo o pagamento do abono de permanência ao servidor público que opte por permanecer em atividade após o preenchimento dos requisitos para a concessão da aposentadoria voluntária especial.

**2. (FCC/PGE/GO/Procurador/2024)** Maria é ocupante de cargo em comissão na Administração Direta do Estado de Goiás e decide, com a sua companheira, Juliana, servidora titular de cargo efetivo na mesma Administração, adotar uma criança. Após longa espera, ambas obtêm a guarda judicial para fins de adoção de Roberta, uma menina com 13 anos de idade. Nos termos da legislação aplicável e levando em conta a jurisprudência dominante sobre o tema:

- não se configura hipótese de concessão de licença-maternidade, limitando-se tal benefício à adoção de crianças e sendo Roberta uma adolescente, conforme o corte etário estabelecido pelo ECA.
- Maria e Juliana farão jus à licença-maternidade de 180 dias, em vista do princípio da isonomia parental.
- apenas Juliana fará jus à licença-maternidade, visto que às ocupantes de cargo em comissão não é assegurado tal direito.
- não se configura hipótese de concessão de licença-maternidade, visto que apenas a concessão definitiva da adoção é fato gerador do benefício.
- Maria e Juliana farão jus à licença-maternidade, mas não com a mesma extensão temporal.

**3. (Vunesp/PGE/SP/Procurador/2024)** Desde os idos de 1999, Abdias Nascimento é titular de cargo efetivo de Professor em universidade estadual, pelo qual percebe remuneração equivalente a R\$ 25 mil. Em 2022, aprovado em concurso público, passou a exercer emprego público de Pesquisador Científico em uma autarquia paulista, fazendo jus a remuneração equivalente a R\$ 22 mil. Além desses dois vínculos, Abdias é sócio de uma empresa de consultoria, pelo que percebe “pro labore” mensal equivalente a R\$ 12 mil. Nessas circunstâncias, é correto afirmar que a situação de acúmulo em questão é:

- irregular, pois o acúmulo entre os vínculos de Professor e de Pesquisador Científico é vedado pela CF; mas, caso o acúmulo fosse autorizado, o teto remuneratório incidiria, isoladamente, sobre a remuneração devida por cada vínculo funcional havido entre o Estado e Abdias.
- irregular, pois o acúmulo entre os vínculos de Professor e de Pesquisador Científico é vedado pela CF; mas, caso o acúmulo fosse autorizado, o teto remuneratório incidiria sobre a soma das remunerações devidas pelo Estado a Abdias.
- regular, pois nem o emprego público nem a sociedade em empresa privada são considerados pela CF para fins de acúmulo de cargos; no caso, o teto remuneratório incidirá sobre a soma das remunerações devidas pelo Estado a Abdias.
- regular, pois o acúmulo entre os vínculos de Professor e de Pesquisador Científico é autorizado pela CF; no caso, o teto remuneratório incidirá isoladamente, sobre a remuneração devida por cada vínculo funcional havido entre o Estado e Abdias.
- irregular, pois o triplice acúmulo verificado implicaria incompatibilidade de horários e, por conseguinte, incidência da vedação constitucional; mas, caso o acúmulo fosse autorizado, o teto remuneratório incidiria sobre a soma das remunerações devidas pelo Estado a Abdias.

**4. (Cespe/PGE/SE/Procurador/2023)** No que concerne aos agentes públicos, assinale a opção correta.

- No regime estatutário dos servidores públicos, não há margem para negociação das condições de trabalho, porque elas decorrem da lei.
- Em matéria de legislação de pessoal, a competência para iniciativa legislativa é concorrente do chefe do Poder Executivo, dos parlamentares, dos presidentes de tribunais e do chefe do Ministério Público.

# DIREITO CIVIL



## 1. DAS PESSOAS (ARTS. 1º A 78)

### 1.1. Das Pessoas Naturais (arts. 1º a 39)

#### SÚMULAS

**STJ SUM 387** É lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral.

**STJ SUM 403** Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

#### JURISPRUDÊNCIA EM TESES

**STJ JT 209-08** A pessoa transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil independentemente da realização de cirurgia de transgenitalização.

**STJ JT 209-09** A exposição pornográfica de imagem, sem o consentimento da vítima, viola os direitos da personalidade com propensão a configurar grave forma de violência de gênero.

**STJ JT 226-02** É inadmissível a homologação, em juízo, de acordo extrajudicial de retificação de registro civil de menor, pois os direitos da personalidade não podem ser transacionados e o procedimento de retificação de registro deve observar a forma prevista em lei.

#### INFORMATIVOS

**STJ Sentença estrangeira. Alteração do nome civil. Pedido adequadamente instruído. Autoridade competente. Trânsito em julgado. Documentos anexados traduzidos. Ordem pública, soberania nacional e dignidade da pessoa humana observados. Deferimento da homologação. Possibilidade.** É possível a homologação, pelo STJ, de sentença estrangeira que altera nome do requerente, proferida por autoridade competente, com trânsito em julgado e documentos essenciais à compreensão da demanda anexados, traduzidos por tradutor juramentado e que não contém ofensa à ordem pública, à soberania nacional ou à dignidade da pessoa humana. *HDE 7091-EX, Corte Especial, 14/04/2025. Inf 26E.*

**STJ Retificação de registro civil. Gênero neutro. Princípio da dignidade da pessoa humana. Direitos da personalidade. Art. 12 do CCiv. Direito à autodeterminação de gênero. Livre desenvolvimento da personalidade.** Deve ser reconhecido o direito ao livre desenvolvimento da personalidade da pessoa transgênera não-binária de autodeterminar-se, possibilitando-se a retificação do registro civil para que conste gênero neutro. *Proc. seg. just., 3ª T, 6/05/2025. Inf 849.*

#### QUESTÕES OBJETIVAS

**1. (Cespe/PGE/ES/Procurador/2025)** Um jovem de 17 anos de idade, emancipado voluntariamente pelos pais para que pudesse administrar um pequeno negócio, causou danos a terceiros em razão de acidente de trânsito. Tendo essa situação hipotética como referência, assinale a opção correta com base na jurisprudência do STF acerca da emancipação voluntária e da responsabilidade civil.

- A emancipação voluntária afasta a responsabilidade civil dos pais se houver expressa renúncia de ambos no instrumento público que a concedeu.
- A emancipação voluntária transfere integralmente a responsabilidade civil ao tutor do menor emancipado, o que exime os pais de responsabilidade.
- A emancipação voluntária não exclui a responsabilidade civil dos pais, que continuam responsáveis pelos atos ilícitos praticados pelo filho menor.
- A emancipação, seja ela voluntária ou legal, extingue a responsabilidade dos pais, cabendo ao menor emancipado responder integralmente pelos prejuízos que causar.
- A emancipação voluntária afasta a menoridade civil, tornando o menor exclusivamente responsável pelos danos causados, de modo que os pais não responderão pelo ato.

**2. (Cespe/PGE/RN/Procurador/2024)** À luz do disposto no Código Civil, assinale a opção correta acerca da capacidade civil.

- A legislação civil permite ao menor de idade emancipar-se caso ele ingresse em curso de ensino superior.
- São absolutamente incapazes os viciados em tóxicos.
- Os pais podem, voluntariamente, emancipar filho(a) que tenha 16 anos de idade incompletos.
- Os pródigos são considerados relativamente incapazes.
- Aquele que, por causa permanente, não consegue exprimir sua vontade é considerado absolutamente incapaz.

**3. (Vunesp/PGE/SP/Procurador/2024)** Assinale a alternativa que contém ato ou negócio jurídico, válido e eficaz, realizado por menor relativamente incapaz, com idade de 17 anos, não emancipado e sem assistência de seus pais ou responsáveis ou posterior aprovação destes.

- Pacto antenupcial feito pelo menor no qual é previsto o regime da separação convencional de bens.

- b) Mútuo feito pelo credor ciente da menoridade do devedor, para alimentos deste, em razão da pessoa responsável pela guarda do menor, apesar de presente, não possuir recursos suficientes.
- c) Obrigação contraída pelo menor que não declarou sua idade por não ter sido inquirido pela outra parte.
- d) Testamento feito pelo menor, por instrumento particular.
- e) Quitação dada pelo credor menor ao devedor que conhecia a idade daquele, tendo em vista a presunção legal de que o valor reverteu em benefício do menor.

**4. (FCC/PGE/GO/Procurador/2024)** “A vida humana não é apenas um conjunto de elementos materiais. Integram-na, outrossim, valores imateriais, como os morais. A Constituição empresta muita importância à moral como valor ético-social da pessoa e da família, que se impõe ao respeito dos meios de comunicação social (art. 221, IV). Ela, mais que as outras, realçou o valor da moral individual, tornando-a mesmo um bem indenizável (art. 5º, V e X). A moral individual sintetiza a honra da pessoa, o bom nome, a boa fama, a reputação que integram a vida humana como dimensão imaterial. Ela e seus componentes são atributos sem os quais a pessoa fica reduzida a uma condição animal de pequena significação.” (SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 39. ed., 2016, p. 203). O texto acima relaciona-se com:

- a) a responsabilidade civil contratual.
- b) a responsabilidade civil objetiva, ou subjetiva, por danos contra pessoa física ou jurídica.
- c) os direitos da personalidade.
- d) a responsabilidade civil por danos exclusivamente materiais.
- e) o direito de família.

**5. (Cespe/PGE/SE/Procurador/2023)** Assinale a opção correta em relação aos direitos da personalidade, com base no disposto no Código Civil.

- a) Utilizar em peça publicitária fotografia de um casal se beijando durante o carnaval, tirada por um desconhecido, prescinde de autorização dos dois, haja vista que o ato aconteceu em local público.
- b) A declaração registrada em carteira de identidade de doador de órgãos somente é revogável até a maioridade.
- c) A negativa de submissão a cirurgia que implique risco de vida de paciente que, ainda consciente, tenha chegado a hospital gravemente ferido e sido informado sobre referido risco pode ser mitigada, pois, nessas situações, o mais recomendável é que prevaleça o ponto de vista médico.
- d) Terceiros envolvidos em biografias de pessoas públicas, como coadjuvantes na história, precisam conceder autorização para que a biografia possa ser regularmente publicada.
- e) É possível a reparação por perdas e danos a pessoa cujo nome tenha sido exposto em reportagem jornalística que o ligou a fato capaz de gerar desprezo público, mesmo que o responsável pela reportagem não tenha tido intenção difamatória.

**6. (Cespe/PGE/PA/Procurador/2023)** A respeito dos direitos da personalidade, julgue os seguintes itens.

- I. A garantia da higidez física não se estende ao corpo morto, pois, uma vez cessada a personalidade, a tutela dos direitos da personalidade relativos ao corpo deixa de existir.
- II. De acordo com a jurisprudência sumulada do STJ, é prescindível a prova do prejuízo para que haja indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.
- III. Em hipótese alguma a pessoa saudável pode ser obrigada a realizar qualquer intervenção em seu próprio corpo.

IV. De acordo com precedente firmado em sede de controle concentrado de constitucionalidade relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, é inexistente a autorização da pessoa biografada.

Estão certos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, III e IV.

**7. (Cespe/PGE/ES/Procurador/2023)** Acerca do entendimento do STJ relativo aos direitos da personalidade, assinale a opção correta.

- a) A personalidade jurídica surge com o nascimento com vida, a partir de quando podem ser protegidos os direitos da pessoa.
- b) A personalidade jurídica surge com o nascimento com vida, mas considera o nascituro sujeito de direitos, estando os direitos condicionados ao evento futuro, que é vir a nascer com vida.
- c) A personalidade jurídica surge com o nascimento com vida, mas considera o nascituro sujeito de direitos, estando seus eventuais direitos sob condição resolutiva.
- d) A personalidade jurídica surge ainda na fase embrionária, sendo o embrião considerado pessoa, tendo seus direitos patrimoniais e os bens imateriais protegidos por lei.
- e) A titularidade de direitos da personalidade ao nascituro é reconhecida desde a sua concepção.

**8. (Cespe/PGE/ES/Procurador/2023)** De acordo com o Código Civil, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o entendimento do STJ, cessada sua menoridade, a pessoa com deficiência:

- a) permanecerá absolutamente incapaz para os atos de natureza patrimonial, pois a deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa.
- b) ficará habilitada para a prática de todos os atos da vida civil, pois a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa.
- c) permanecerá absolutamente incapaz para todos os atos da vida civil, pois a deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa.
- d) permanecerá relativamente incapaz para a prática dos atos de natureza existencial, pois a deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa.
- e) permanecerá relativamente incapaz para a prática dos atos de natureza patrimonial, pois a deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa.

**9. (Cespe/PG/DF/Procurador/2022)** As pessoas com enfermidade ou deficiência mental, quando excepcionalmente forem submetidas a curatela, não poderão ser declaradas como absolutamente incapazes.

**10. (FGV/PGE/SC/Procurador/2022)** Maria foi chamada a participar de um programa chamado Show de Realidade, de grande sucesso nacional. Como ficaria confinada em uma casa, confiou a administração de suas redes sociais a João, seu grande amigo. Depois de duas semanas, João reparou que poderia utilizar em seu favor as redes de Maria, com enorme visibilidade, para promover sua própria carreira. Passou, então, a fazer postagens jocosas sobre o programa, inclusive contra a própria Maria. Com isso, conseguiu diversos contratos de publicidade e se tornou uma figura conhecida. Maria foi eliminada ao fim do segundo mês, classificando-se em 15º lugar. Ao sair, descobriu que João tinha usurpado suas redes, inclusive contra seus próprios interesses. João, a esta altura, já tinha fundado, com sua esposa Ana, um escritório de

consultoria de imagem, cujo nome empresarial é “Maria Show de Realidade Ltda.”. Nessa hipótese, é correto afirmar que:

- Maria poderá demandar João pelo valor do prêmio que perdeu no reality, considerando que os comentários jocosos realizados provavelmente causaram a perda da chance de vitória.
- Maria poderá haver para si os valores pagos a João por força dos contratos de publicidade, angariados em consequência da usurpação de seu perfil público sem sua autorização.
- Maria poderá ser indenizada pelos danos emergentes e lucros cessantes causados por João, desde que tenham sido direta e imediatamente causados pelo ato ilícito, por força da teoria da causalidade adequada adotada pelo ordenamento no âmbito da responsabilidade civil.
- a detentora da marca “Show de Realidade” poderá impor seu direito de exclusividade sobre signo nominativo, o qual, embora apresente baixa carga criativa, adquiriu distintividade pelo sucesso do programa (“secondary meaning”), conforme entendimento das Cortes Superiores.
- como a marca “Show de Realidade” é meramente evocativa, não há empecilho a que João adote o nome empresarial “Maria Show de Realidade Ltda.”, desde que indenize Maria.

**11. (Cespe/PGE/RO/Procurador/2022)** O atributo da pessoa natural, conferido pela legislação civil, que a qualifica a firmar negócios de grandes riscos, sem auxílio ou intervenção de outra pessoa, e, conseqüentemente, a assumir eventuais perdas refere-se à:

- aptidão.
- titularidade.
- capacidade.
- vontade.
- maioridade.

**12. (Cespe/PGE/PB/Procurador/2021)** Com o objetivo de colaborar na cura de doença autoimune, Pedro decidiu dispor do próprio corpo após sua morte. Nessa situação hipotética, o ato de disposição é considerado:

- nulo.
- inexistente.
- ineficaz.
- válido.
- ineficiente.

**13. (Cespe/PGE/CE/Procurador/2021)** Com relação a domicílio e a direitos de personalidade, assinale a opção correta.

- Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco à vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- Se a pessoa natural tiver diversas residências, considerar-se-á o seu domicílio apenas aquele em que ela trabalhar.
- A pessoa natural poderá dispor de maneira gratuita ou onerosa do próprio corpo para depois da morte.
- É vedado o uso do pseudônimo, inclusive para atividades lícitas, pois a CF garante a livre manifestação de pensamento, porém proíbe o anonimato.

**14. (Fepese/PGE/SC/Procurador/2018)** De acordo com o Código Civil, são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

- os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, os ébrios habituais e os viciados em tóxico, aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade e os pródigos.
- os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário

discernimento para a prática desses atos, os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, os pródigos.

- os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade, os ébrios habituais, os viciados em tóxico, os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido e os pródigos.
- os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, os ébrios habituais, os viciados em tóxico e os pródigos.
- os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, os ébrios habituais e os viciados em tóxico, aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade, os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos e os pródigos.

**15. (Cespe/PGE/AM/Procurador/2016)** Uma pessoa poderá firmar contrato que limite seus direitos da personalidade caso o acordo seja-lhe economicamente vantajoso.

## 1.2. Das Pessoas Jurídicas (arts. 40 a 69)

### SÚMULAS

**STJ SUM 227** A pessoa jurídica pode sofrer dano moral.

**STJ SUM 525** A câmara de vereadores não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.

### INFORMATIVOS

**STJ Matriz e filial. Autonomia jurídica. Inexistência. Relação de dependência. Mesma pessoa jurídica.** O fato de as filiais possuírem CNPJ próprio confere a elas somente autonomia administrativa e operacional para fins fiscalizatórios, não abarcando a autonomia jurídica, já que existe a relação de dependência entre o CNPJ das filiais e o da matriz. *AgInt no AgInt nos EDcl no AREsp 2605869, 1ª T, 24/09/2025. Inf 865.*

**STJ Desconsideração da personalidade jurídica. Art. 50 do CCiv. Responsabilidade patrimonial. Terceiros sem vínculo jurídico com as sociedades atingidas. Impossibilidade. Confusão ou desvio patrimonial. Irrelevância.** O instituto da desconsideração da personalidade jurídica, previsto no art. 50 do CCiv, não se presta para atribuir responsabilidade patrimonial a terceiros que não têm qualquer espécie de vínculo jurídico com as sociedades atingidas, ainda que se cogite da ocorrência de confusão ou desvio patrimonial, a ensejar suposta fraude contra credores. *REsp 1792271, 4ª T, 01/04/2025. Inf 847.*

### QUESTÕES DISCURSIVAS

**1. (Cespe/PGE/RO/Procurador/2022)** A criação de uma pessoa jurídica garante ao empreendedor uma enorme proteção patrimonial decorrente da separação patrimonial do empreendedor e da pessoa jurídica. Essa proteção garante, em caso de uma derrocada do negócio, que o prejuízo se limite ao valor investido e não alcance os bens pessoais do empreendedor. E isso é muito importante para quem vai empreender, pois os riscos são inerentes ao negócio. Sem essa garantia, certamente os empreendedores seriam mais comedidos em seus projetos empresariais. No entanto, em situações excepcionais, essa proteção é afastada, o que se denomina desconsideração da personalidade jurídica. Considerando que o texto anterior tem caráter exclusivamente motivador, redija um texto acerca da desconsideração da personalidade jurídica, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos: 1) o conceito de desconsideração da personalidade jurídica; 2) os pressupostos legais autorizadores da aplicação da desconsideração da personalidade jurídica; 3) a possibilidade legal da desconsideração inversa da personalidade jurídica.

# DIREITO CONSTITUCIONAL



## 1. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ARTS. 1º A 4º)

### SÚMULAS

**STF SUV 037** Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

### REPERCUSSÃO & REPETITIVOS

**STF RPG 0698** 1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos Poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado. 3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). *RE 684612, 30/06/2023.*

**STF RPG 1086** A presença de símbolos religiosos em prédios públicos, pertencentes a qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que tenha o objetivo de manifestar a tradição cultural da sociedade brasileira, não viola os princípios da não discriminação, da laicidade estatal e da impessoalidade. *ARE 1249095, 26/11/2024.*

### INFORMATIVOS

**STF Suspensão de efeitos financeiros de lei estadual mediante decreto do chefe do Poder Executivo.** É inconstitucional – por inobservância ao princípio da separação dos Poderes (art. 2º) – a suspensão dos efeitos financeiros de lei estadual mediante decreto do governador por considerá-la claramente inconstitucional. O chefe do Poder Executivo não pode suspender os efeitos de uma lei mediante decreto sem provocar o Poder Judiciário, a quem compete analisar a sua constitucionalidade, quando provocado. *ADI 5297, 14/08/2025. Pleno. Inf 1186.*

### QUESTÕES OBJETIVAS

**1. (Cespe/PG/DF/Procurador/2022)** Conquanto a forma federativa seja cláusula pétrea na CF, ajustes na repartição constitucional de competências podem ser adotados, sem que isso configure ofensa ao princípio federativo.

**2. (Cespe/PGE/AM/Procurador/2016)** Embora o preâmbulo da CF não tenha força normativa, podem os estados, ao elaborar

as suas próprias leis fundamentais, reproduzi-lo, adaptando os seus termos naquilo que for cabível.

## 2. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS (ARTS. 5º A 17)

### 2.1. Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º)

**ATENÇÃO: ESTE TEMA É MUITO EXIGIDO NOS CONCURSOS!**

### SÚMULAS

**STF SUV 011** Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

**STF SUV 014** É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

**STF SUV 021** É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

**STF SUV 025** É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

**STF SUV 028** É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

**STF SUV 045** A competência constitucional do tribunal do júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.

**STF SUM 001** É vedada a expulsão de estrangeiro casado com brasileira, ou que tenha filho brasileiro, dependente da economia paterna.

**STF SUM 421** Não impede a extradição a circunstância de ser o extraditado casado com brasileira ou ter filho brasileiro.

**STF SUM 654** A garantia da irretroatividade da lei, prevista no art. 5º, XXXVI, da Constituição da República, não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado.

**STF SUM 704** Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do correu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

**STJ SUM 280** O art. 35 do Decreto-lei nº 7.661, de 1945, que estabelece a prisão administrativa, foi revogado pelos incisos LXI e LXVII do art. 5º da Constituição Federal de 1988.

**STJ SUM 419** Descabe a prisão civil do depositário judicial infiel.

**STJ SUM 639** Não fere o contraditório e o devido processo decisório que, sem oitiva prévia da defesa, determine transferência ou permanência de custodiado em estabelecimento penitenciário federal.

**TST SUM 443** Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito. Inválido o ato, o empregado tem direito à reintegração no emprego.

## REPERCUSSÃO & REPETITIVOS

**STF RPG 0953** É constitucional a utilização de vestimentas ou acessórios relacionados a crença ou religião nas fotos de documentos oficiais, desde que não impeçam a adequada identificação individual, com rosto visível. *RE 859376, 17/04/2024.*

**STF RPG 0995** 1. Na hipótese de publicação de entrevista, por quaisquer meios, em que o entrevistado imputa falsamente prática de crime a terceiro, a empresa jornalística somente poderá ser responsabilizada civilmente se comprovada sua má-fé caracterizada: (i) pelo dolo demonstrado em razão do conhecimento prévio da falsidade da declaração, ou (ii) pela culpa grave decorrente da evidente negligência na apuração da veracidade do fato e na sua divulgação ao público sem resposta do terceiro ofendido ou, ao menos, de busca do contraditório pelo veículo; 2. Na hipótese de entrevistas realizadas e transmitidas ao vivo, fica excluída a responsabilidade do veículo por ato exclusivamente de terceiro quando este falsamente imputa a outrem a prática de um crime, devendo ser assegurado pelo veículo o exercício do direito de resposta em iguais condições, espaço e destaque, sob pena de responsabilidade nos termos dos incisos V e X do artigo 5º da Constituição Federal; 3. Constatada a falsidade referida nos itens acima, deve haver remoção, de ofício ou por notificação da vítima, quando a imputação permanecer disponível em plataformas digitais, sob pena de responsabilidade. *RE 1075412 ED, 20/03/2025.*

**STF RPG 1400** É constitucional a concessão de indulto a condenado por tráfico privilegiado, uma vez que o crime não tem natureza hedionda. *RE 1542482, 30/05/2025.*

## JURISPRUDÊNCIA EM TESES

**STJ JT 210-03** O estabelecimento de critérios diferenciados para promoção de militares, em razão das peculiaridades de gênero, não ofende os princípios da igualdade e isonomia.

**STJ JT 210-04** A diferenciação de critério de altura mínima entre homem e mulher para ingresso, mediante concurso, nas carreiras militares, por si só, não ofende o princípio da isonomia.

## INFORMATIVOS

**STF Bíblia Sagrada: inclusão no acervo de bibliotecas públicas estaduais.** É constitucional – e não ofende os princípios da isonomia (art. 5º, caput), da liberdade religiosa (art. 5º, VI a VIII) e da laicidade estatal (art. 19, I) – norma estadual que permite a aquisição e a manutenção de exemplares da Bíblia Sagrada no acervo das bibliotecas públicas. O que é vedado ao legislador é obrigar (determinar) que se adquiram e/ou se mantenham livros religiosos em espaços públicos. *ADI 5255, 26/09/2025. Pleno. Inf 1192.*

**STF Anistiados políticos: anulação de atos administrativos declaratórios.** São inconstitucionais – pois violam os princípios da razoabilidade, da confiança legítima, da segurança jurídica, da razoável duração do processo, da dignidade da pessoa humana, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa – as portarias do então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos pelas quais foram anulados os atos administrativos que declaravam anistia política de cabos da Aeronáutica afastados da atividade pela Portaria 1.104/64 do Ministério da Justiça. *ADPF 777, 28/02/2025. Pleno. Inf 1167.*

**STJ Protestos. Ausência de comunicação prévia às autoridades competentes. Paralisação de diversas vias de acesso. Dano moral coletivo. Caracterização.** A realização de protestos sem comunicação prévia às autoridades e com obstrução de diversas vias públicas de acesso à capital do Estado por lapso temporal considerável configura dano moral coletivo “in re ipsa”. *REsp 2026929, 2ª T, 09/09/2025. Inf 862.*

## QUESTÕES DISCURSIVAS

**1. (Vunesp/PGE/SP/Procurador/2024)** Discorra, exclusivamente com base na jurisprudência evolutiva do STF, a respeito da dimensão do racismo social e das suas hipóteses de reconhecimento judicial.

## QUESTÕES OBJETIVAS

**3. (Vunesp/PGE/SP/Procurador/2024)** O STF reconheceu que há um “estado de coisas inconstitucional do sistema carcerário brasileiro” responsável pela violação massiva de direitos fundamentais dos presos, ao julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF 347/DF. É correto afirmar sobre o tema:

- a) a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) foi considerada o meio processual adequado a ser adotado no presente caso diante do seu caráter subsidiário e dinâmico, o qual permite celeridade na emissão de medida cautelar pelo quórum simples dos membros do STF, com eficácia pelo prazo de 180 dias.
- b) diante do grave impacto sobre a segurança pública, em especial, na formação e expansão de organizações criminosas que operam de dentro do cárcere e afetam a população de modo geral, restou determinado que todas as novas medidas deverão ser submetidas previamente a Audiências Públicas, convocadas pelo STF, respeitada a competência privativa da União para legislar sobre direito penitenciário.
- c) a intervenção judicial nos processos estruturais é legítima quando se detecta violação dos direitos fundamentais por uma falha crônica no funcionamento das instituições estatais, razão pela qual há necessidade de reconhecer o estado de desconformidade constitucional e acompanhar o detalhamento das medidas, a homologação e o monitoramento da execução da reformulação das políticas públicas.
- d) o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária deve ser reelaborado pela União, no âmbito da sua competência privativa, e homologado pelo CNJ, com ênfase em programas de Justiça Restaurativa a serem realizados pelos Estados e Distrito Federal.
- e) deverão ser realizados estudos e criadas varas judiciárias novas em quantidade proporcional à população carcerária de cada unidade da federação, pelo Poder Executivo, visando superar as falhas crônicas no funcionamento das instituições estatais e o denominado “ponto cego legislativo” gerado pela ausência do devido debate parlamentar.

**4. (Vunesp/PGE/SP/Procurador/2024)** Assinale a alternativa correta no que se refere à posição da jurisprudência brasileira sobre o tema “direito ao esquecimento”.

- a) O direito ao esquecimento é parte da proteção dos dados pessoais em face da memória coletiva, enfatizado pelos efeitos da chamada era das informações; assim, no conflito entre liberdades comunicativas, há o direito de não ser lembrado contra a própria vontade nos casos de natureza criminal, com predileção constitucional para soluções protetivas da dignidade da pessoa humana.
- b) O acesso à informação é assegurado a todos, em consonância com a livre expressão da atividade de comunicação, independentemente de censura, o que implica ao intérprete considerar, em seu esforço hermenêutico, o denominado direito à verdade histórica no âmbito do princípio da solidariedade entre gerações, não sendo possível, do ponto de vista jurídico, que uma geração negue à próxima o direito de saber a sua história.

# 5

# DIREITO DO TRABALHO



## 1. INTRODUÇÃO (ARTS. 1º A 12)

### 1.1. Empregador e Empregado (arts. 2º e 3º)

#### SÚMULAS

**TST SUM 386** Preenchidos os requisitos do art. 3º da CLT, é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.

**TST SD1 366** Ainda que desvirtuada a finalidade do contrato de estágio celebrado na vigência da Constituição Federal de 1988, é inviável o reconhecimento do vínculo empregatício com ente da Administração Pública direta ou indireta, por força do art. 37, II, da CF/1988, bem como o deferimento de indenização pecuniária, exceto em relação às parcelas previstas na Súmula nº 363 do TST, se requeridas.

#### QUESTÕES OBJETIVAS

**1. (Cespe/PGE/ES/Procurador/2025)** Para os efeitos da CLT, considera-se menor o trabalhador de:

- quatorze anos de idade até dezoito anos de idade, sendo-lhe vedado o trabalho noturno, ou seja, o executado no período compreendido entre as 22 horas e as 5 horas.
- dezesseis anos de idade até dezoito anos de idade, sendo-lhe vedado o trabalho noturno, ou seja, o executado no período compreendido entre as 20 horas e as 6 horas.
- dezesseis anos de idade até dezoito anos de idade, sendo-lhe vedado o trabalho noturno, ou seja, o executado no período compreendido entre as 20 horas e as 5 horas.
- dezesseis anos de idade até dezoito anos de idade, sendo-lhe vedado o trabalho noturno, ou seja, o executado no período compreendido entre as 22 horas e as 6 horas.
- quatorze anos de idade até dezoito anos de idade, sendo-lhe vedado o trabalho noturno, ou seja, o executado no período compreendido entre as 21 horas e as 5 horas.

**2. (Cespe/PGE/ES/Procurador/2025)** Trabalho prestado de forma esporádica a diversos tomadores mediante intermediação do sindicato ou do órgão gestor de mão de obra é considerado:

- trabalho autônomo.
- trabalho doméstico.
- trabalho temporário.

- trabalho avulso.
- trabalho eventual.

**3. (Cespe/PGE/PR/Procurador/2024)** São requisitos do vínculo empregatício:

- a subordinação do prestador ao tomador do serviço; a não eventualidade da prestação do serviço; a prestação do serviço por pessoa física; a impessoalidade do prestador do serviço; e a onerosidade da prestação do serviço.
- a subordinação do prestador ao tomador do serviço; a não eventualidade da prestação do serviço; a prestação do serviço por pessoa física ou jurídica; a pessoalidade do prestador do serviço; e a onerosidade da prestação do serviço.
- a subordinação do prestador ao tomador do serviço; a não eventualidade da prestação do serviço; a prestação do serviço por pessoa física; a pessoalidade do prestador do serviço; e a onerosidade da prestação do serviço.
- a subordinação do prestador ao tomador do serviço; a efetiva prestação do serviço, de forma eventual ou não; a prestação do serviço por pessoa física; a pessoalidade do prestador do serviço; e a onerosidade da prestação do serviço.
- a subordinação do prestador ao tomador do serviço; a efetiva prestação do serviço, de forma eventual ou não; a prestação do serviço por pessoa física; a impessoalidade do prestador do serviço; e a onerosidade da prestação do serviço.

**4. (Cespe/PGE/PR/Procurador/2024)** Assinale a opção correta acerca da sucessão de empregadores na relação de emprego.

- O sócio retirante responderá, de forma subsidiária, por fraudes relativas à alteração societária cometidas com o intuito de o empregador furtrar-se a obrigações trabalhistas.
- A sucessão trabalhista caracteriza-se pela transferência da titularidade da empresa ou do estabelecimento para outro grupo societário, de modo que a nova empresa formada, denominada sucessora, não assume as obrigações trabalhistas contraídas pela empresa sucedida.
- Sempre que uma ou mais empresas, cada qual com personalidade jurídica própria, estiver sob a direção, o controle ou a administração de outra, ou integrar grupo econômico, mesmo que resguardada a autonomia de cada uma, elas serão responsáveis subsidiariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.

- d) A responsabilidade do sócio retirante pelas obrigações trabalhistas da sociedade contraídas no período em que ele figurou como sócio é solidária, porém ele somente responde por elas em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
- e) Para a configuração do grupo econômico, não basta a mera identidade de sócios, sendo necessárias a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.

**5. (Cespe/PGE/SE/Procurador/2023)** O poder do empregador voltado à organização e ao funcionamento do negócio de forma a determinar as condições da prestação de serviços do empregado em decorrência do contrato de trabalho é denominado:

- a) poder diretivo.  
b) poder hierárquico.  
c) poder fiscalizatório.  
d) poder disciplinar.  
e) poder de controle.

**6. (Cespe/PGE/DF/Procurador/2022)** Para a Justiça do Trabalho, a mera identidade de sócios é suficiente para configurar a existência de grupo econômico.

**7. (FCC/PGE/TO/Procurador/2018)** Em relação aos sujeitos do contrato de trabalho, conforme previsão contida na CLT:

- a) para caracterização da figura do empregado levar-se-ão em conta distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, bem como entre o trabalho intelectual, técnico e manual.
- b) o trabalho realizado no estabelecimento do empregador se distingue daquele executado no domicílio do empregado e do realizado a distância para efeitos da caracterização da relação de emprego, mesmo caracterizados os pressupostos da relação de emprego.
- c) não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.
- d) as instituições de beneficência e as associações recreativas não se equiparam ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, em razão da ausência de finalidade lucrativa.
- e) a empresa que estiver sob a direção, controle ou administração de outra e integre grupo econômico, será responsável subsidiariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego da empresa controladora.

## 1.2. Prescrição (arts. 11 e 11-A)

### SÚMULAS

**TST SUM 382** A transferência do regime jurídico de celetista para estatutário implica extinção do contrato de trabalho, fluindo o prazo da prescrição bienal a partir da mudança de regime.

**TST SUM 373** Tratando-se de pedido de diferença de gratificação semestral que teve seu valor congelado, a prescrição aplicável é a parcial.

**TST SUM 362** I. Para os casos em que a ciência da lesão ocorreu a partir de 13/11/2014, é quinquenal a prescrição do direito de reclamar contra o não-recolhimento de contribuição para o FGTS, observado o prazo de dois anos após o término do contrato; II. Para os casos em que o prazo prescricional já estava em curso em 13/11/2014, aplica-se o prazo prescricional que se consumir primeiro: trinta anos, contados do termo inicial, ou cinco anos, a partir de 13/11/2014 (STF-ARE-709212/DF).

**TST SUM 327** A pretensão a diferenças de complementação de aposentadoria sujeita-se à prescrição parcial e quinquenal, salvo se o pretensão direito decorrer de

verbas não recebidas no curso da relação de emprego e já alcançadas pela prescrição, à época da propositura da ação.

**TST SUM 326** A pretensão à complementação de aposentadoria jamais recebida prescreve em 2 (dois) anos contados da cessação do contrato de trabalho.

**TST SUM 308** I. Respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data do ajuizamento da reclamação e, não, às anteriores ao quinquênio da data da extinção do contrato. II. A norma constitucional que ampliou o prazo de prescrição da ação trabalhista para 5 (cinco) anos é de aplicação imediata e não atinge pretensões já alcançadas pela prescrição bienal quando da promulgação da CF/1988.

**TST SUM 275** I. Na ação que objetive corrigir desvio funcional, a prescrição só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento. II. Em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é total, contada da data do enquadramento do empregado.

**TST SUM 206** A prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS.

**TST SUM 156** Da extinção do último contrato começa a fluir o prazo prescricional do direito de ação em que se objetiva a soma de períodos descontínuos de trabalho.

**TST SUM 153** Não se conhece de prescrição não arguida na instância ordinária.

**TST SD1 038** O empregado que trabalha em empresa de reflorestamento, cuja atividade está diretamente ligada ao manuseio da terra e de matéria-prima, é ruralista e não industrial, nos termos do Decreto nº 73.626, de 12/02/1974, art. 2º, § 4º, pouco importando que o fruto de seu trabalho seja destinado à indústria. Assim, aplica-se a prescrição própria dos rurícolas aos direitos desses empregados.

**TST SD1 129** A prescrição extintiva para pleitear judicialmente o pagamento da complementação de pensão e do auxílio-funeral é de 2 anos, contados a partir do óbito do empregado.

**TST SD1 130** Ao exarar o parecer na remessa de ofício, na qualidade de "custos legis", o Ministério Público não tem legitimidade para arguir a prescrição em favor de entidade de direito público, em matéria de direito patrimonial.

**TST SD1 175** A supressão das comissões, ou a alteração quanto à forma ou ao percentual, em prejuízo do empregado, é suscetível de operar a prescrição total da ação, nos termos da Súmula nº 294 do TST, em virtude de cuidar-se de parcela não assegurada por preceito de lei.

**TST SD1 243** Aplicável a prescrição total sobre o direito de reclamar diferenças salariais resultantes de planos econômicos.

**TST SD1 271** O prazo prescricional da pretensão do rurícola, cujo contrato de emprego já se extinguiu ao sobrevir a Emenda Constitucional nº 28, de 26/05/2000, tenha sido ou não ajuizada a ação trabalhista, prossegue regido pela lei vigente ao tempo da extinção do contrato de emprego.

**TST SD1 359** A ação movida por sindicato, na qualidade de substituto processual, interrompe a prescrição, ainda que tenha sido considerado parte ilegítima "ad causam".

**TST SD1 375** A suspensão do contrato de trabalho, em virtude da percepção do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez, não impede a fluência da prescrição quinquenal, ressalvada a hipótese de absoluta impossibilidade de acesso ao Judiciário.

**TST SD1 392** O protesto judicial é medida aplicável no processo do trabalho, por força do art. 769 da CLT e do art. 15 do CPC de 2015. O ajuizamento da ação, por si só, interrompe o prazo prescricional, em razão da inaplicabilidade do § 2º do art. 240 do CPC de 2015, incompatível com o disposto no art. 841 da CLT.

**TST SD1 401** O marco inicial da contagem do prazo prescricional para o ajuizamento de ação condenatória, quando advém a dispensa do empregado no curso de ação declaratória que possua a mesma causa de pedir remota, é o trânsito em julgado da decisão proferida na ação declaratória e não a data da extinção do contrato de trabalho.

**TST SD1 417** Não há prescrição total ou parcial da pretensão do trabalhador rural que reclama direitos relativos a contrato de trabalho que se encontrava em curso à época da promulgação da Emenda Constitucional nº 28, de 26/05/2000, desde que ajuizada a demanda no prazo de cinco anos de sua publicação, observada a prescrição bienal.

### INFORMATIVOS

**TST Art. 11, § 3º, da CLT. Protesto judicial. Aplicabilidade do art. 202 do Código Civil após a Lei 13.467/2017. Interpretação conforme a Constituição.** É constitucional o § 3º, do art. 11, da CLT, conferindo-lhe interpretação conforme a Constituição, qual

# DIREITO PENAL



## 1. DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL (ARTS. 1 A 12)

### SÚMULAS

**STF SUM 611** Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao juízo das execuções a aplicação de lei mais benigna.

**STF SUM 711** A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

### QUESTÕES OBJETIVAS

**1. (Fepese/PGE/SC/Procurador/2018)** Sobre a aplicação da lei penal, conforme o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- o dia do começo exclui-se no cômputo do prazo.
- considera-se praticado o crime no momento do resultado lesivo.
- a lei posterior aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- a lei excepcional ou temporária, decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, é inaplicável ao fato praticado durante sua vigência se não instaurado o procedimento penal ao tempo da conduta típica por ela regida.
- é aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

## 2. DO CRIME (ARTS. 13 A 25)

### SÚMULAS

**STF SUM 145** Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.

### QUESTÕES OBJETIVAS

**2. (Cespe/PGE/SE/Procurador/2023)** Diego adquiriu uma faca com a intenção de assaltar um ônibus. Ao entrar no veículo que pretendia assaltar, Diego notou a presença de lutadores de jiu-jitsu

vestidos com seus respectivos quimonos, então decidiu descer e procurar outro alvo. Nessa situação hipotética, a conduta de Diego configura:

- ato preparatório impunível.
- desistência voluntária.
- arrependimento eficaz.
- arrependimento posterior.
- crime tentado.

**3. (Cespe/PGE/SE/Procurador/2023)** O policial Ermano e sua filha de dois anos caminhavam em uma rua quando se depararam com um cão Rottweiler que era guiado por seu tutor, Ronaldo. O cão atacou Ermano e a filha, ainda que Ronaldo tentasse controlar o animal. Ermano, que portava uma arma de fogo, disparou-a para proteger a filha e, embora o alvo fosse o cão, o projétil ricocheteou e atingiu Ronaldo, que faleceu em decorrência do ferimento, tendo ficado constatado que Ermano não tinha alternativa para evitar o ataque do cão contra sua filha. Nessa situação hipotética, Ermano agiu:

- em legítima defesa putativa, devendo responder, contudo, pela morte de Ronaldo.
- em aberratio ictus, amparado por uma causa excludente de culpabilidade.
- em estado de necessidade exculpante, devendo responder, contudo, pela morte de Ronaldo.
- em estado de necessidade e não deve responder, na esfera penal, pela morte de Ronaldo.
- em legítima defesa preordenada e não deve responder pela morte de Ronaldo.

**4. (Cespe/PGE/PA/Procurador/2023)** Julgue os itens a seguir com base na jurisprudência sumulada do STJ em matéria penal.

- A reincidência influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- No arrependimento posterior, o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza só responde pelos atos já praticados.
- Nos crimes contra a administração pública, não se aplica o princípio da insignificância.
- É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

Estão certos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

**5. (Cespe/PG/DF/Procurador/2022)** A doutrina classifica os crimes em comissivos, omissivos e omissivos por comissão, sendo exemplo desta última modalidade a conduta do indivíduo que, tendo o dever e a possibilidade de evitar o resultado, omite-se de evitá-lo.

**6. (FGV/AGE/MG/Procurador/2022)** João decide matar seu desafeto José. Sabendo que José possui uma casa de campo longe da cidade, isolada de outras casas, distante de tudo, João decide ir até o local para concretizar sua intenção assassina. João chega ao local e, acreditando que seu desafeto José estava dormindo em casa, projeta seu carro em alta velocidade na direção do quarto de José, com a intenção de causar sua morte. João fica gravemente ferido, deixando o local e sendo atendido no hospital, onde confessa sua conduta afirmando que matara José. Contudo, José havia saído cedo de casa para correr pelo campo e, ao retornar, vê sua casa parcialmente destruída. Assinale a opção que indica a responsabilidade penal de João.

- a) tentativa de homicídio.
- b) nenhum crime.
- c) crime de dano.
- d) lesão corporal.
- e) tentativa de homicídio qualificado.

**7. (Cespe/PG/DF/Procurador/2022)** Segundo o Código Penal, a conduta movida pela emoção pode excluir a imputabilidade penal.

**8. (Cespe/PGE/PA/Procurador/2022)** O erro de tipo essencial que recai sobre elementar impede que o agente saiba que está praticando o crime e:

- a) sempre exclui o dolo.
- b) exclui o dolo e a culpa, se o erro for essencial vencível.
- c) não exclui o dolo nem a culpa, se o erro for essencial vencível.
- d) não exclui o dolo nem a culpa, se o erro for essencial invencível.
- e) exclui o dolo, mas não a culpa, se o erro for essencial invencível.

**9. (Fepese/PGE/SC/Procurador/2018)** A capacidade de entender que uma conduta é ilícita e de se adequar conforme tal conduta é denominada:

- a) ilicitude.
- b) tipicidade.
- c) culpabilidade.
- d) imputabilidade.
- e) responsabilidade.

**10. (Cespe/PGE/PE/Procurador/2018)** Com a intenção de praticar um golpe, Luiz pagou diversos produtos comprados em determinada loja com um cheque clonado pré-datado. Antes da data do vencimento do cheque, Luiz, arrependido, retornou à loja e trocou o cheque por dinheiro em espécie, tendo quitado o débito integralmente. A respeito da conduta de Luiz na situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- a) houve arrependimento eficaz.
- b) houve desistência voluntária.

- c) houve arrependimento posterior.
- d) a conduta foi atípica, devido ao fato de o cheque ter sido pré-datado.
- e) a conduta configurou tentativa.

**11. (Cespe/PGE/SE/Procurador/2017)** Um elemento que integra o conceito de culpabilidade aplicado ao direito brasileiro é o(a)

- a) obediência hierárquica.
- b) dolo.
- c) real consciência da ilicitude.
- d) nexa causal.
- e) exigibilidade de conduta diversa.

### 3. DO CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31)

#### SÚMULAS

**STF SUM 245** A imunidade parlamentar não se estende ao corrêu sem essa prerrogativa.

#### QUESTÕES OBJETIVAS

**12. (FGV/PGE/SC/Procurador/2022)** Tício, procurador do Estado de Santa Catarina, exerce atribuições de natureza tributária no Município de Criciúma, emitindo pareceres para subsidiar o processo de tomada de decisão pelo Poder Executivo, na área da saúde. Após meses de investigação, a Polícia Civil descobre que o agente público integra uma organização criminosa, em conjunto com Caio, Guilherme e Davi, especializada em roubos de veículos automotores. Nesse cenário:

- a) para além da responsabilização pelos roubos, os indivíduos responderão pelo crime autônomo de organização criminosa, com a incidência de causa de aumento de pena em razão da participação de funcionário público.
- b) para além da responsabilização pelos roubos, os indivíduos responderão pelo crime autônomo de organização criminosa, contudo, somente Tício terá a pena majorada, por ser funcionário público.
- c) em havendo condenação dos réus pela prática do crime de organização criminosa, na responsabilização pelos roubos, não se pode considerar a majorante do concurso de pessoas, sob pena de “bis in idem”.
- d) para além da responsabilização pelos roubos, os indivíduos responderão pelo crime autônomo de organização criminosa, sem a incidência de causa de aumento de pena no delito de concurso necessário.
- e) para além da responsabilização pelos delitos de roubo, os indivíduos responderão pelo crime autônomo de organização criminosa, qualificado pela participação de funcionário público.

**13. (Cespe/PGE/CE/Procurador/2021)** A respeito da teoria do domínio do fato formulada por Claus Roxin e à luz da jurisprudência do STJ sobre esse tema, assinale a opção correta.

- a) A teoria em questão permite aferir o nexa de causalidade entre o crime e o agente nas situações em que este tem poder de decisão sobre a realização do fato típico, independentemente da comprovação de um plano delituoso comum ou de contribuição concreta e relevante para o fato criminoso.
- b) A aplicação da referida teoria pressupõe a existência de um aparato organizado de poder, ou seja, de uma organização verticalmente estruturada, a partir da qual seja possível

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL



## 1. DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 15)

### INFORMATIVOS

**STJ** **Fundamentação “per relationem”. Manifestação processual referenciada. Fundamentação suficiente e acessível às partes. Validade.** A fundamentação “per relationem” é válida quando a manifestação processual referenciada contém fundamentação suficiente e acessível às partes. *AgRg no HC 876612, 5ª T, 08/10/2024. Inf 24E.*

### QUESTÕES OBJETIVAS

**1. (Cespe/PGE/ES/Procurador/2023)** Suponha que, após a instrução processual de uma ação que esteja sendo processada pelo rito comum, entre em vigor uma lei nova que altere a distribuição do ônus da prova e modifique o procedimento de coleta de prova oral. Nesse caso:

- as mudanças promovidas pela lei processual nova não obstarão o juiz de proferir a sentença.
- o juiz deverá reabrir a instrução processual “ex officio” para adequar o rito processual às alterações promovida pela lei nova, sob pena de nulidade do processo.
- a parte que tiver interesse poderá requerer a reabertura da instrução processual para adequar o procedimento adotado pela lei nova, caso em que é vedado ao juiz indeferir o pleito, sob pena de nulidade do processo.
- o juiz deverá reabrir a instrução processual, sob pena de nulidade do processo, caso as alterações promovidas pela lei nova possam interferir no resultado do julgamento.
- o juiz deverá reabrir a instrução processual para adequar o rito processual promovido pela lei nova, independentemente da possibilidade de alteração do resultado do julgamento.

**2. (Cespe/PGE/PA/Procurador/2023)** A respeito das normas e dos princípios fundamentais do processo, assinale a opção correta.

- Com base no princípio da ampla defesa, o advogado, na sustentação oral feita no julgamento da apelação, pode trazer argumentos que ainda não tenham sido alegados ou discutidos anteriormente nos autos.
- Viola o princípio da não surpresa o magistrado que dá classificação jurídica aos fatos controvertidos contrária à pretensão

da parte, aplicando lei diversa não invocada por qualquer sujeito processual.

- Não contraria o princípio da adstrição o deferimento de medida cautelar que diverge ou ultrapassa os limites do pedido formulado pela parte, se o magistrado entender que essa providência milita em favor da eficácia da tutela jurisdicional.
- Em razão da base principiológica e das normas fundamentais do CPC, um tribunal pode prolatar acórdão apoiando-se em princípios jurídicos e conceitos jurídicos indeterminados, sem que haja necessidade de densificação ou explicação do caso concreto.
- O devido processo legal, em sua acepção substancial, exige o respeito a um conjunto de garantias mínimas, em que a norma deve obedecer ao procedimento previamente regulado, com vistas a garantir a regularidade do processo.

**3. (Cespe/PGE/RR/Procurador/2023)** Verificada a sucessão de leis processuais no tempo, a identificação de recurso cabível deve observar a teoria do isolamento dos atos processuais, a qual prevê que a lei processual nova tem aplicação imediata aos processos em desenvolvimento, resguardando-se a eficácia dos atos processuais já realizados e as situações jurídicas consolidadas na vigência da norma revogada.

**4. (Cespe/PGE/PA/Procurador/2022)** Assinale a opção correta, considerando as normas fundamentais do processo civil.

- É assegurada ao juiz a paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo às partes zelar pelo efetivo contraditório.
- A norma que proíbe decisão contra uma das partes sem que esta seja previamente ouvida não se aplica às hipóteses de concessão do mandado monitorio, contendo ordem de pagamento, de entrega de coisa ou de obrigação de fazer ou de não fazer.
- O juiz não pode decidir, em nenhum grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto em caso de matéria sobre a qual ele deva decidir de ofício.
- A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juizes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, exceto no curso do processo judicial.

- e) A norma que proíbe decisão contra uma das partes sem que esta seja previamente ouvida não se aplica à hipótese de tutela de evidência fundada no abuso do direito de defesa ou no manifesto propósito protelatório da parte, podendo o magistrado decidir liminarmente e antes da citação do réu.

**5. (Cespe/PGE/AL/Procurador/2021)** As normas processuais civis:

- têm aplicação imediata.
- facultam às partes refazer os atos praticados.
- retroagem se mais benéficas.
- aplicam-se somente aos processos futuros.
- regulam-se pela ultratividade.

**6. (Cespe/PGE/SE/Procurador/2017)** Determinada demanda judicial, em que são partes um estrangeiro residente no Brasil e um estado da Federação, prolonga-se por vinte e cinco anos. Nesse caso, à luz da legislação e da doutrina constitucional, o direito à razoável duração do processo:

- é norma programática e não gera efeitos individuais imediatos no caso concreto.
- é aplicável em favor do estrangeiro na esfera judicial, mas não o seria no âmbito administrativo.
- pode amparar ambas as partes e ter efeitos imediatos sobre a situação individual cogitada.
- não ampara o estado da Federação, por se tratar de direito individual oponível contra o Estado.
- não ampara o estrangeiro, por ausência de previsão no texto constitucional.

**7. (Cespe/PGE/AM/Procurador/2016)** O novo CPC aplica-se aos processos que se encontravam em curso na data de início de sua vigência, assim como aos processos iniciados após sua vigência que se referem a fatos pretéritos.

## 2. DA FUNÇÃO JURISDICIONAL (ARTS. 16 A 69)

### 2.1. Da Jurisdição e da Ação (arts. 16 a 20)

#### SÚMULAS

- STF SUM 258** É admissível reconvenção em ação declaratória.
- STJ SUM 181** É admissível ação declaratória, visando a obter certeza quanto à exata interpretação de cláusula contratual.
- STJ SUM 242** Cabe ação declaratória para reconhecimento de tempo de serviço para fins previdenciários.
- STJ SUM 461** O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.
- TST SD1 188** Falta interesse de agir para a ação individual, singular ou plúrima, quando o direito já foi reconhecido através de decisão normativa, cabendo, no caso, ação de cumprimento.
- TST SD1 276** É incabível ação declaratória visando a declarar direito à complementação de aposentadoria, se ainda não atendidos os requisitos necessários à aquisição do direito, seja por via regulamentar, ou por acordo coletivo.

#### QUESTÕES OBJETIVAS

**8. (Cespe/PGE/AL/Procurador/2021)** Os pressupostos necessários para postular em juízo, de acordo com o CPC, incluem:

- interesse.
- legitimidade.
- possibilidade jurídica do pedido.

- capacidade.
- boa-fé.

Estão certos apenas os itens:

- I e II.
- I e III.
- II e IV.
- III e V.
- IV e V.

**9. (Cespe/PGE/AM/Procurador/2016)** Segundo as regras contidas no novo CPC, a legitimidade de parte deixou de ser uma condição da ação e passou a ser analisada como questão prejudicial. Sendo assim, tal legitimidade provoca decisão de mérito.

### 2.2. Dos Limites da Jurisdição Nacional (arts. 21 a 41)

#### QUESTÕES OBJETIVAS

**10. (Cespe/PGE/PA/Procurador/2022)** Assinale a opção incorreta.

- Em matéria de sucessão hereditária, compete exclusivamente à autoridade judiciária brasileira proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.
- Não competem à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação.
- A apreciação de pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional compete ao juízo federal do lugar em que deva ser executada a medida.
- O pedido passivo de cooperação jurídica internacional não poderá, em nenhuma hipótese, ser recusado, haja vista as normas que regulamentam a matéria e o relacionamento entre o Brasil e a autoridades estrangeiras.
- A ação proposta perante tribunal estrangeiro não induz litispendência nem obsta que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe sejam conexas, ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil.

**11. (FMP/PGE/AC/Procurador/2017)** Considere as seguintes afirmativas sobre o tema da cooperação internacional no âmbito do CPC.

- na cooperação jurídica internacional não será admitida a prática de atos que contrariem ou que produzam resultados incompatíveis com as normas fundamentais que regem o Estado brasileiro.
- cabe auxílio direto quando a medida não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil.
- compete exclusivamente ao juízo federal do Distrito Federal apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional.
- somente nas hipóteses previstas no CPC será possível a revisão do mérito do pronunciamento judicial estrangeiro pela autoridade judiciária brasileira.

Estão corretas apenas as alternativas:

- I e II.
- II e III.
- II e IV.
- I, III e IV.
- II, III e IV.

# DIREITO TRIBUTÁRIO



## 1. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA (CTN, ARTS. 6.º A 15)

### SÚMULAS

**STF SUM 503** A dívida, suscitada por particular, sobre o direito de tributar, manifestado por dois Estados, não configura litígio da competência originária do Supremo Tribunal Federal.

**STJ SUM 353** As disposições do Código Tributário Nacional não se aplicam às contribuições para o FGTS.

### INFORMATIVOS

**STF Instituição de benefício fiscal no âmbito estadual.** É constitucional – porquanto inserida na competência concorrente para legislar sobre direito tributário (CF, art. 24, I), no contexto de um regime fiscal diferenciado e facultativo – norma estadual que estabelece condição para usufruir de benefício fiscal. Na espécie, a norma estadual impugnada, com a finalidade de incentivar empresas prestadoras de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) a migrarem do regime do Simples Nacional para o regime normal de apuração, mediante redução da base de cálculo do ICMS, definiu que o benefício seria aplicado caso o preço do SCM, no combo, fosse igual ou superior ao valor ofertado de forma avulsa. *ADI 7379C, 19/09/2025. Pleno. Inf1191.*

### QUESTÕES OBJETIVAS

**1. (Vunesp/PGE/SP/Procurador/2024)** Sobre o tema da competência tributária atribuída aos entes federados e suas características, assinale a alternativa correta.

- Se não exercida por um longo período, a competência para a instituição do tributo caduca, tendo em vista o princípio da segurança jurídica e o brocardo jurídico segundo o qual o direito não socorre aos que dormem.
- A despeito da competência para instituição do tributo ser facultativa, no sentido de que o ente político, em geral, não está obrigado a exercer a competência que lhe foi franqueada constitucionalmente, deixar de exercer essa competência não enseja a perda do poder de instituir o tributo.
- A privatividade ou exclusividade não se aplica aos tributos vinculados a uma atuação estatal, seja direta ou indiretamente, de modo que taxas e contribuições de melhoria podem ser instituídas por ente diverso daquele que, respectivamente, prestou o serviço ou realizou a obra pública.
- Embora o seu não exercício, ainda que por longo tempo, não implique a perda do poder de instituir o tributo, o ente

competente pode renunciá-la, desde que o faça por meio de lei.

- Em razão da parafiscalidade, a competência para instituição do tributo pode ser delegada a outra pessoa jurídica que esteja devotada ao interesse público.

**2. (Cespe/PGE/RO/Procurador/2022)** Lei estadual que vincule 60% do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu respectivo território para programas estaduais de recuperação de rodovias e de educação para o trânsito é:

- legal, por haver pertinência temática na vinculação.
- inconstitucional, porque o estado não pode dispor de parte da receita pertencente a município.
- inconstitucional, visto que o estado não pode dispor de parte da receita pertencente à União.
- constitucional, pois compete a lei estadual dispor sobre a destinação de receitas pertencentes ao estado.
- ilegal, uma vez que não há pertinência temática na vinculação.

**3. (Cespe/PGE/DF/Procurador/2022)** A previsão constitucional de repartição das receitas tributárias não altera a distribuição de competências, consideradas a privatividade e a autonomia do ente federativo em instituir e cobrar seus próprios impostos.

**4. (Cespe/PGE/AL/Procurador/2021)** Se o não uso da faixa de atribuições fosse perecível, o próprio Texto Supremo ficaria comprometido, posto na contingência de ir perdendo parcelas de seu vulto, à medida que o tempo fluísse e os poderes recebidos pelas pessoas políticas não viessem a ser acionados, por qualquer razão histórica que se queira imaginar. Paulo de Barros Carvalho. Curso de direito tributário. 30.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. A característica da competência tributária abordada no texto apresentado diz respeito ao fato de ela ser:

- indelegável.
- privativa.
- de exercício facultativo.
- irrenunciável.
- incaducável.

**5. (FCC/PGE/GO/Procurador/2021)** Considerando o quanto estabelecido na CF e a jurisprudência pertinente do STF, lei

estadual que, a par das hipóteses previstas em lei complementar federal, pretendesse atribuir responsabilidade tributária solidária por infração a qualquer pessoa que concorra ou intervenha no cumprimento da obrigação tributária, especialmente a advogado e contador, seria:

- inconstitucional, por invadir competência privativa da União para legislar sobre condições para o exercício das profissões e, especificamente em relação ao advogado, por ofender a garantia da inviolabilidade pelos atos praticados no exercício da profissão.
- constitucional, diante da inexistência de norma federal que regule a matéria nesses termos, podendo vir a ter sua eficácia suspensa se sobrevier lei federal naquilo que lhe for contrária.
- constitucional, uma vez que, de incidência restrita ao cumprimento de obrigações tributárias no âmbito estadual, trata-se de exercício regular da competência suplementar do Estado em matéria de competência legislativa concorrente.
- inconstitucional, uma vez que, ao disciplinar a responsabilidade de terceiros por infrações de forma diversa da matriz geral estabelecida pelo legislador federal, viola a competência da União para o estabelecimento de normas gerais em matéria tributária por meio de lei complementar.
- constitucional, desde que se trate de lei complementar, diante da reserva constitucional dessa espécie normativa para a regulação da matéria tributária quanto a obrigações, lançamento, crédito, prescrição e decadência.

**6. (Vunesp/PGE/SP/Procurador/2018)** Estado AB cria imposto sobre o valor das operações internas de circulação de mercadorias que ultrapassar o preço nacional médio do mesmo produto, conforme divulgado pela Administração Tributária local. Considerada a situação hipotética apresentada, e com base na CF, assinale a alternativa correta.

- o imposto é inconstitucional porque o Estado AB não tem competência residual para instituir tributos.
- o imposto é constitucional por ser de competência tributária especial dos Estados para criar tributos com a finalidade de corrigir distorções concorrenciais, tendo como fato gerador e base de cálculo o desequilíbrio e o respectivo valor.
- o imposto é constitucional, pois decorre da competência tributária residual do Estado para prevenir distorções concorrenciais, tendo por base de cálculo o valor do desequilíbrio concorrential.
- o imposto é inconstitucional porque, embora o Estado AB possa instituir tributo para corrigir distorções concorrenciais, a base de cálculo do novo tributo é própria do ICMS.
- o imposto é inconstitucional porque, embora o Estado AB possa instituir tributo para corrigir distorções concorrenciais, está baseado em pauta fiscal, vedada pela CF.

**7. (Cespe/PGE/SE/Procurador/2017)** Os tributos cuja instituição compete aos municípios incluem o:

- ITBI, o IPI e o IPVA.
- ITR, o ITCMD e o IPI.
- ITBI, o IPVA e o ITCMD.
- IPTU, o ITR e o ISSQN.
- IPTU, o ITBI e o ISSQN.

**8. (FMP/PGE/AC/Procurador/2017)** Em referência à delegação de competência tributária assinale a alternativa correta.

- é possível delegar a competência tributária uma vez ao ano, por ocasião da produção da lei orçamentária.
- as funções de fiscalização e arrecadação dos tributos podem ser delegadas, e também a produção de normas para definição dos tributos a serem arrecadados.

- somente a função de produção de normas tributárias pode ser delegada de um ente para outro.
- somente a prerrogativa de fiscalizar os tributos pode ser delegada.
- nenhuma das alternativas acima está correta.

**9. (Cespe/PGE/AM/Procurador/2016)** As limitações ao poder de tributar são normas de restrição da competência tributária taxativamente previstas na CF.

**10. (FCC/PGE/MA/Procurador/2016)** Sobre a competência tributária, considere os itens a seguir.

- muito embora a competência tributária seja privativa, a União pode instituir impostos de competência dos Estados e do Distrito Federal no âmbito dos Territórios Federais.
- a competência tributária pode ser exercida por outro ente na hipótese específica do ente constitucionalmente competente não instituir o tributo que tem previsão de repartição constitucional de receitas.
- a imunidade tributária expressa a incompetência do ente para instituição do tributo na situação ali prevista, podendo ser fixada na CF ou em lei complementar.
- a competência para instituição de tributos é privativa, ou seja, quando atribuída a um ente político os demais estão automaticamente proibidos de instituí-lo, visto não ser admitido ser tributado duas vezes por um mesmo fato imponible.

É correto o que se afirma apenas em:

- I, III e IV.
- I e IV.
- II e III.
- II e IV.
- I, II e III.

## 2. IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (CTN, ARTS. 16 A 82)

### SÚMULAS

#### 1) Contribuições Especiais

**STF SUM 040** A contribuição confederativa de que trata o artigo 82, IV, da Constituição Federal, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.

**STF SUM 659** É legítima a cobrança da Cofins, do PIS e do Finsocial sobre as operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do país.

**STF SUM 732** É constitucional a cobrança da contribuição do salário-educação, seja sob a Carta de 1969, seja sob a CF/1988, e no regime da Lei 9.424/96.

**STJ SUM 423** A contribuição para financiamento da seguridade social – Cofins incide sobre as receitas provenientes das operações de locação de bens móveis.

**STJ SUM 468** A base de cálculo do PIS, até a edição da MP nº 1.212/1995, era o faturamento ocorrido no sexto mês anterior ao do fato gerador.

**STJ SUM 499** As empresas prestadoras de serviços estão sujeitas às contribuições ao Sesc e Senac, salvo se integradas noutro serviço social.

**STJ SUM 508** A isenção da Cofins concedida pelo art. 6º, II, da LC nº 70/1991 às sociedades civis de prestação de serviços profissionais foi revogada pelo art. 56 da Lei nº 9.430/1996.

**STJ SUM 516** A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para o Incra (Decreto-Lei 1.110/70), devida por empregadores rurais e urbanos, não foi extinta pelas leis 7.787/89, 8.212/91 e 8.213/91, não podendo ser compensada com a contribuição ao INSS.

**STJ SUM 584** As sociedades corretoras de seguros, que não se confundem com as sociedades de valores mobiliários ou com os agentes autônomos de seguro privado, estão fora do rol de entidades constantes do art. 22, § 1º, da Lei nº 8.212/1991, não se sujeitando à majoração da alíquota da Cofins prevista no art. 18 da Lei nº 10.684/2003.